



O luto da vocação interrompida: um olhar psicossocioteológico sobre o desligamento da formação sacerdotal

The grief of an interrupted vocation: a psychosocio-theological perspective on disengagement from priestly formation

*Rodolpho Raphael de Oliveira Santos**

Recebido em: 02/12/2025. Aceito em: 28/02/2026.

Resumo: *Situado na intersecção da psicologia da religião, sociologia e teologia prática, este estudo examina o desligamento da vida seminarística como um “trabalho de luto identitário”, fenômeno paradigmático da crise vocacional na modernidade tardia. Por meio de uma pesquisa mista (quanti-quali) que triangula dados estatísticos e narrativas fenomenológicas, investiga-se a desinstitucionalização da biografia do sujeito e sua busca por uma nova hermenêutica da existência. Os resultados sugerem que a superação da crise está condicionada à capacidade de inscrever a interrupção da formação sacerdotal em uma nova economia de sentido, transitando da perda de um projeto vocacional para a descoberta de uma identidade laical ressignificada. Conclui-se que a ausência de um acompanhamento eclesial nesta transição não é uma falha pastoral pontual, mas um sintoma que interpela as estruturas formativas, apontando para a urgência de uma “hermenêutica da vulnerabilidade” no cuidado pastoral aos egressos do seminário.*

* Mestre em Computação, Comunicação e Artes com linha de Pesquisa em Mídias em Ambientes Digitais pela Universidade Federal da Paraíba, UFPB, João Pessoa, 2019). Pós-Graduado em Mídias Digitais, Comunicação e Mercado pelo Centro de Educação Superior Reinaldo Ramos, CESREI, Campina Grande, PB, 2014); Didática no Ensino Superior (FMU – Centro Universitário das Faculdades Metropolitanas Unidas, São Paulo, 2020); ABA – Análise do Comportamento Aplicada (Faculdade Conexão, Belo Horizonte, 2024); Administração Pública (Faculdade Alfa do Brasil, 2025). Bacharel em Comunicação Social (Universidade Estadual da Paraíba, UEPB, Campina Grande, PB, 2013). Bacharel e Licenciado em Filosofia (Uninter Centro Universitário, Curitiba, 2022). Bacharel em Teologia (Uninter Centro Universitário, Curitiba, 2023). Licenciado em Pedagogia (Faculdade Aliança do Maranhão, 2024), Bacharel em Administração (Faculdade Aliança do Maranhão, 2025).

E-mail: rprofessorpb@gmail.com.





Palavras-chave: desligamento seminarístico; luto identitário; crise vocacional; formação sacerdotal; egressos de seminário.

Abstract: *Situated at the intersection of the psychology of religion, sociology, and practical theology, this study examines the departure from seminary life as an “identity grief work,” a paradigmatic phenomenon of the vocational crisis in late modernity. Employing a mixed-methods approach that triangulates statistical data with phenomenological narratives, the research investigates the deinstitutionalization of the subject’s biography and their search for a new hermeneutics of existence. The results suggest that overcoming the crisis is conditioned by the subject’s ability to inscribe the interruption of priestly formation into a new economy of meaning, transitioning from the loss of a vocational project to the discovery of a re-signified lay identity. It is concluded that the absence of ecclesial accompaniment in this transition is not a mere pastoral failure, but a symptom that challenges the formative structures, pointing to the urgency of a “hermeneutics of vulnerability” in pastoral care for seminary leavers.*

Keywords: *seminary departure; identity grief; vocational crisis; priestly formation; seminary leavers.*

Introdução

O sacerdócio católico, enquanto vocação e estilo de vida, constitui uma das mais exigentes e totalizantes formas de consagração humana. A sua preparação, um itinerário longo e complexo, é meticulosamente delineada na *Ratio Fundalis Institutionis Sacerdotalis*, que estabelece as diretrizes para uma formação integral, capaz de configurar o coração do seminarista ao Coração de Cristo Bom Pastor (Congregação para o Clero, 2016). Este processo não visa apenas a aquisição de competências, mas uma profunda metamorfose do ser, moldando o sujeito em suas dimensões intelectual, espiritual, pastoral e, fundamentalmente, humana. Desta forma, o seminário, nesse sentido, opera como uma instituição que oferece um projeto de vida, uma identidade socialmente reconhecida e uma profunda sensação de propósito existencial.

Contudo, em um cenário de modernidade tardia, marcado pela fluidez das identidades e pela crise das instituições de longa duração, emerge com crescente visibilidade um fenômeno que interpela diretamente este ideal formativo: o desligamento da formação sacerdotal no período seminarístico. Esta transição, longe de ser uma mera mudança de carreira, representa uma fratura biográfica, uma morte simbólica. O indivíduo que deixa o seminário perde não apenas uma expectativa de função, mas o eixo organizador de sua identidade, o ambiente institucional que o sustentava simbólica e materialmente, e a densa rede social



que lhe conferia pertencimento e sentido. Trata-se da instauração de um complexo e, muitas vezes, solitário trabalho de luto identitário, no qual o sujeito é compelido a reconstruir sua narrativa pessoal sem o papel que, até então, o definia perante si mesmo, a comunidade e Deus.

A literatura acadêmica recente, embora ainda incipiente no contexto brasileiro, começa a explorar a profundidade deste sofrimento. Autores como Cencini (2005) e Bingemer (2009) reconhecem que a dor vivenciada por ex-seminaristas está intrinsecamente ligada à dificuldade de integrar a rica e estruturante experiência religiosa a um projeto de vida secular, gerando um vácuo de sentido e um profundo sentimento de inadequação. É nesta intersecção entre a ruptura pessoal e o silêncio institucional que o presente artigo se insere. Investigamos esta transição a partir de uma perspectiva psicossocioteológica, integrando criticamente o olhar da psicologia da religião sobre o luto e a resiliência, da sociologia do clero sobre a desinstitucionalização, e da teologia prática sobre a vocação e o zelo pastoral.

Para guiar esta investigação, o presente estudo tem como objetivo: analisar as implicações psicossociais e teológicas do processo de desligamento da vida seminarística, compreendendo os desafios da reconstrução identitária e da reintegração à vida laical no contexto brasileiro contemporâneo. Dele, derivam os seguintes questionamentos: Quais são os principais fatores motivacionais e as circunstâncias que culminam na decisão de deixar o seminário? Como é vivenciada subjetivamente a experiência do “luto vocacional” e quais os seus impactos na saúde mental dos egressos? Quais são os principais desafios enfrentados na readaptação social, profissional e afetiva após o desligamento da instituição eclesial? De que forma a espiritualidade e a fé são ressignificadas na vida do egresso, e qual o papel delas no processo de reconstrução de um novo projeto de vida? Para responder a tais questionamentos, foi delineada uma pesquisa de métodos mistos (quanti-quali), de caráter exploratório e descritivo. A etapa quantitativa consistiu na aplicação de um questionário online com 500 respondentes, em um formato semiestruturado com egressos selecionados por amostragem intencional baseada em diversidade de experiências formativas bem como, critério de máxima variação, contemplando diferentes contextos formativos e dioceses. A pesquisa foi aplicada entre os meses de julho e outubro de 2025, envolvendo ex-seminaristas de diferentes dioceses e institutos religiosos de todo o Brasil, que deixaram a formação nos últimos dez anos. A delimitação do estudo concentra-se na experiência de homens



que passaram pelo processo formativo em seminários católicos no Brasil, não abrangendo, portanto, egressos de outras denominações cristãs ou de ordens femininas.

A estrutura deste estudo foi organizada de modo a aprofundar analiticamente os objetivos propostos, seguindo uma lógica dividida nas seguintes seções: a primeira seção explora a configuração da identidade sacerdotal, o conceito de instituição total e a fenomenologia do luto identitário. Em seguida, na segunda seção, detalha-se o Percurso Metodológico da pesquisa de campo que se subdivide em mais duas seções: a Apresentação dos Resultados, que expõe os dados quantitativos e os temas qualitativos emergentes, e a Discussão, onde esses achados são interpretados em diálogo com a teoria, explorando suas implicações psicossociais e eclesiais. Por fim, nas Considerações Finais, sintetizamos as contribuições do estudo, apontamos suas limitações e sugerimos caminhos para futuras investigações.

Entre a configuração e a fratura: a dialética da formação sacerdotal

A identidade vocacional sacerdotal constitui um dos construtos mais complexos e paradoxais da experiência cristã, desde seus primórdios. Nela convergem dimensões teológicas, institucionais e psíquicas que modelam um modo de ser totalizante — uma configuração de vida que pretende abarcar toda a existência sob o signo do chamado divino. Contudo, essa identidade, forjada na tensão entre a graça e a liberdade, revela também sua vulnerabilidade estrutural: é uma edificação construída sobre o encontro entre o divino e o humano, entre o ideal de perfeição e a imperfeição constitutiva do sujeito histórico.

Rahner (1975) já apontava que “toda vocação é uma história de liberdade e graça”, uma narrativa em que o chamado absoluto de Deus se cruza com a resposta finita do homem (p. 88). Essa tensão define a condição existencial do seminarista e do sacerdote: o “sim” dado ao chamado divino é, simultaneamente, expressão de fé e de limite humano. O itinerário formativo, que deveria ser um caminho de integração entre essas duas dimensões, frequentemente se transforma em um espaço de idealização, onde o humano é silenciado em nome do ideal e o conflito é visto como fraqueza espiritual. Ignora-se, assim, que o objetivo não é meramente afastar patologias, mas, como adverte a própria reflexão ecle-



sial, alcançar “algo muito mais positivo e profundo: uma personalidade amadurecida e estável, que seja o suporte humano de sua personalidade sacerdotal” (Santos, 2024, p. 274).

Nessa perspectiva, Cencini (2005) lembra que o processo formativo visa educar os afetos “segundo o coração de Cristo” (p. 41), de modo que a maturidade espiritual passe pela maturidade emocional. No entanto, a busca por uma configuração integral pode converter-se em sobreposição de papéis, apagando a individualidade em favor de um modelo idealizado de santidade, onde o seminarista aprende a ser um “ator” em um “palco” para ser aprovado (Odelli, 2017, p. 104). O resultado psicológico é o que Rizzuto (1995) chama de “identificação simbiótica com a imagem de Deus”, em que o sujeito passa a projetar no divino sua própria autoimagem.

A crise vocacional, quando ocorre, não é apenas uma ruptura institucional, mas também uma profunda cisão psíquica: ao perder o papel, o indivíduo sente que perde o próprio Deus internalizado. Essa cisão torna-se ainda mais violenta e traumática quando o desligamento não parte de uma decisão pessoal amadurecida, mas é imposto pela equipe formativa ou pelo bispo. Em muitos casos, a expulsão ocorre de forma abrupta, com justificativas vagas, dentre elas a “incompatibilidade pastoral” ou mesmo sem um diálogo franco que permita ao formando compreender os motivos de sua inadequação. A estrutura de poder da “instituição total” (Goffman, 2015) se revela em sua plenitude: o futuro existencial do sujeito está nas mãos de uma autoridade contra a qual não há recurso.

Instala-se aqui um paradoxo cruel, que expõe uma falha sistêmica no processo. A própria teologia da formação insiste que “aos formadores do seminário, cabe a missão de serem os primeiros a agirem como o Bom Pastor para com os seminaristas” (Santos, 2024, p. 281). Contudo, a experiência de muitos egressos revela uma práxis que contradiz diretamente este ideal. O formando que é incentivado à transparência e à verdade na direção espiritual, ao revelar suas angústias, dúvidas ou fraquezas — ou seja, ao deixar o personagem do “anjinho” de lado (Odelli, 2017) para ser autenticamente humano —, ele fornece à instituição o material para seu próprio desligamento. É como se a sinceridade, em vez de ser um caminho para a maturidade, se tornasse um risco. Esta dinâmica é particularmente perversa no contexto de uma Igreja que prega a sinodalidade, o “caminhar juntos” e a escuta. A experiência de ser descartado sem ser verdadeiramente ouvido gera não apenas a dor da perda, mas a ferida



da injustiça e da traição, fazendo com que a cisão psíquica seja dupla: o indivíduo perde seu ideal de si e, ao mesmo tempo, perde a confiança na imagem de uma Igreja-Mãe que deveria guiar com a caridade do Bom Pastor, acolher e cuidar de seus filhos.

A Carta aos Seminaristas de Bento XVI (2010) oferece uma chave hermenêutica singular para compreender essa dimensão espiritual e afetiva do processo formativo. O pontífice afirma que “uma pessoa não se torna sacerdote sozinha; é necessária a comunidade dos discípulos, o conjunto daqueles que querem servir a Igreja de todos” (p. 3). Essa concepção comunitária da formação resgata a dimensão relacional da vocação: o chamado não é um projeto individual, mas uma resposta vivida na comunhão. A perda dessa comunidade formativa, portanto, constitui também uma perda simbólica de pertença, agravando o sentimento de solidão e desamparo dos egressos.

Ao mesmo tempo, Bento XVI recorda que o sacerdócio conserva sua pertinência antropológica e espiritual, mesmo em uma época marcada pelo predomínio da técnica e pela crise de sentido. Em suas palavras, “os homens sempre terão necessidade de Deus [...] o mundo tem necessidade de sacerdotes, de pastores hoje, amanhã e sempre enquanto existir” (Bento XVI, 2010, p. 2). Essa convicção teológica confronta o imaginário contemporâneo que associa o ministério sacerdotal a uma instituição em declínio. Sob essa ótica, a crise não é sinal do fim da vocação, mas da necessidade de purificação da sua forma histórica.

A análise de Bingemer (2009) complementa esse ponto ao identificar que a crise do clero contemporâneo está “enraizada na tensão entre a exigência de uma identidade estável e o mundo fragmentado em que essa identidade se insere” (p. 123). O ideal de permanência, representado pela vida celibatária e pelo compromisso vitalício, entra em conflito com a fluidez das identidades modernas (Bauman, 2001). A promessa de estabilidade existencial oferecida pelo sacerdócio confronta-se com um contexto sociocultural que valoriza a autonomia, a mutabilidade e a autodefinição constante. Assim, o seminarista é formado para a eternidade, mas vive no tempo.

A partir da sociologia de Bourdieu (1998), é possível compreender o seminário como um espaço de produção de *habitus clerical*. A formação sacerdotal inculca disposições, linguagens e gestos que criam um “sentir com a Igreja”. No entanto, quando o sujeito deixa o seminário, esse *habitus* perde seu campo de referência, e o indivíduo experimenta



uma desintegração simbólica: não pertence mais à estrutura que lhe dava sentido, mas também não encontra facilmente um lugar fora dela.

Esse desenraizamento revela o caráter totalizante da experiência formativa, aproximando-se do que Goffman (2015) denominou “instituição total”. No seminário, “todas as esferas da vida se desenrolam sob uma única autoridade e em companhia de outros submetidos ao mesmo regime” (p. 17). Essa configuração gera coesão e identidade, mas também dependência e vulnerabilidade. O desligamento, nesse contexto, não é apenas uma saída física, mas uma morte simbólica, a dissolução de um mundo vivido.

A espiritualidade proposta por Bento XVI oferece uma via de reconstrução. Ele afirma que “o elemento mais importante no caminho para o sacerdócio e ao longo de toda a vida sacerdotal é a relação pessoal com Deus em Jesus Cristo” (2010, p. 4). Ao recentrar a formação na experiência pessoal de fé — e não na mera funcionalidade institucional —, o Papa propõe uma antropologia espiritual que pode também iluminar o processo de cura dos egressos. O reencontro com o Deus vivo, fora das estruturas clericais, pode ser a via de reconciliação entre a história da vocação e a história pessoal.

No horizonte psicológico, Frankl (2017) afirma que “o sofrimento cessa de ser sofrimento no momento em que adquire sentido” (p. 112). O luto vocacional, assim, pode tornar-se experiência de autotranscendência: o sujeito que sofre pela perda da identidade sacerdotal é o mesmo que pode reencontrar um sentido mais profundo para sua existência. O desligamento, nesse sentido, não é apenas uma queda, mas a possibilidade de reconstruir uma fé mais livre e madura.

Por fim, a reflexão de Zulehner (2000) amplia essa análise ao situar a crise sacerdotal no contexto da “crise de plausibilidade simbólica” da Igreja. O sacerdócio, outrora símbolo de autoridade e mediação do sagrado, tornou-se alvo de suspeita e desconfiança social. Nesse cenário, as palavras de Bento XVI soam proféticas: “o mundo tem necessidade de sacerdotes [...] enquanto existir” (2010, p. 2). A identidade presbiteral, portanto, não deve ser lida como um anacronismo, mas como uma vocação em contínua metamorfose — chamada a reencontrar sua autenticidade no diálogo com as feridas do tempo.

Desta forma, a fratura da identidade vocacional revela, assim, um duplo movimento: a queda de um ideal e o nascimento de uma nova



possibilidade. Ao sair do seminário, o sujeito é forçado a confrontar a vulnerabilidade da própria fé, descobrindo que o chamado divino não se esgota na instituição. Paradoxalmente, é nessa Kenosis que se manifesta, com maior nitidez, o núcleo evangélico da vocação: “Deus vive”, escreve Bento XVI (2010, p. 2), “e precisa de homens que vivam para Ele e O levem aos outros”. É justamente essa verdade — a de um Deus que continua a chamar — que permite transformar o luto da perda em horizonte de esperança.

O luto negado: a resposta institucional à saída do seminário

A análise precedente examinou a arquitetura da formação sacerdotal e a consequente fratura identitária que a egressão representa. Contudo, uma hermenêutica do sofrimento vivenciado por muitos ex-seminaristas seria incompleta se não interrogasse as patologias institucionais que, operando na sombra do ideal, podem subverter o *telos* formativo e converter o espaço de discernimento vocacional em um campo de violência simbólica e espiritual.

A Igreja, enquanto corpo eclesial e instituição histórica, é atravessada por uma complexa economia de poder, manifesta em sua estrutura hierárquica e em seus dispositivos rituais. Quando as relações de autoridade perdem sua função mediadora e se cristalizam em assimetrias irreduzíveis, o que deveria ser um itinerário de maturação na liberdade pode degenerar em dinâmicas de coerção, indução de culpa e assujeitamento. Neste estudo, portanto, investiga os mecanismos de poder e controle que podem se manifestar em determinados contextos formativos, bem como as consequências do luto negado que a instituição, em sua dimensão coletiva, parece manifestar diante da ruptura e do êxodo de seus membros.

Assédio moral e abuso espiritual: distinções conceituais e mecanismos de captura da consciência

A formação presbiteral, ao colocar o seminarista sob contínua observação e avaliação de seus formadores, cria um espaço de poder assimétrico que pode favorecer a emergência de práticas abusivas. Essa vulnerabilidade estrutural nasce do fato de o formando entregar seu projeto de vida ao julgamento de outros, dentro de uma lógica hierárquica e religiosa que, embora orientada ao discernimento espiritual, pode



se converter em campo de controle e manipulação (Hirigoyen, 2011; Woditsch, 2024; Perissé, 2024). Por isso, compreender as diferentes manifestações da violência simbólica nesse contexto requer distinguir o assédio moral do abuso espiritual, reconhecendo que ambos possuem mecanismos distintos, ainda que frequentemente sobrepostos.

O assédio moral, segundo Marie-France Hirigoyen (2011, p. 78), caracteriza-se por um conjunto de atitudes repetitivas que ferem a dignidade e a integridade psíquica de um indivíduo. No ambiente formativo eclesial, ele se manifesta por meio de humilhações constantes, ironias travestidas de “correção fraterna” e exclusões silenciosas. Essas práticas, ainda que sutis, minam o senso de pertencimento e corroem a confiança do seminarista em sua própria vocação. O poder pastoral, quando distorcido, transforma-se em instrumento de subjugação, substituindo o cuidado fraterno por uma autoridade disciplinar que silencia e reduz o outro à obediência acrítica. Como lembra Cencini (2005, p. 109), a maturidade vocacional nasce da liberdade interior, e não da coerção psicológica.

Mais grave, contudo, é o abuso espiritual, uma forma de violência que se apropria do discurso religioso para exercer domínio sobre a consciência. Josefa Woditsch (2024, p. 373) o descreve como “uma modalidade específica de abuso emocional”, pois utiliza elementos da fé e da espiritualidade como instrumentos de manipulação. A autora explica que essa forma de abuso atua nos “afetos e na estrutura da consciência” (Woditsch, 2024, p. 374), produzindo um processo de internalização do controle. O formador, ao reivindicar o papel de intérprete exclusivo da vontade de Deus, cria o que ela denomina “dependência espiritual exclusiva” (Woditsch, 2024, p. 378): uma relação em que o discernimento é substituído pela obediência cega e a liberdade interior cede lugar ao medo.

Gabriel Perissé (2024), em sua análise sobre a manipulação religiosa, observa que o abuso espiritual é um fenômeno invisível, porque se reveste de linguagem sagrada e aparência de zelo. O abusador espiritual se apresenta como guia iluminado, mas, na verdade, busca controlar e anular a autonomia da vítima. Trata-se de um processo de “autoanulação consentida” (Perissé, 2024), em que a pessoa deixa de pensar por si mesma e passa a enxergar o mundo através da lógica do dominador. Sbardelotti (2024) reforça essa visão, ao afirmar que o abuso espiritual substitui o espaço da escuta e do discernimento pelo exercício de um poder clerical autorreferencial.



Essa captura da consciência tem consequências devastadoras. O formando, ao confundir a voz de Deus com a voz do superior, enfrenta um dilema moral insolúvel: obedecer ao próprio juízo ou ao juízo da autoridade que diz falar em nome do divino. Essa confusão produz uma ruptura interna que Cencini (2005, p. 112) identifica como falha de formação afetiva, uma vez que a verdadeira obediência cristã só pode nascer da liberdade. Quando a obediência é imposta pela culpa, ela deixa de ser virtude e torna-se patologia.

Em perspectiva sociológica, essa dinâmica pode ser compreendida à luz da violência simbólica descrita por Bourdieu (1998), na qual o dominado consente inconscientemente à dominação porque internaliza os valores do dominador. Por sua vez, o poder espiritual, quando absolutizado, naturaliza o controle e disfarça a violência sob o manto da santidade. Assim, o seminário, espaço destinado à configuração em Cristo, pode se tornar — nas palavras da Ratio Fundamentalís (2016, p. 14) — um ambiente de “alienação de si mesmo”, contrariando a própria finalidade formativa da Igreja.

A reflexão de Woditsch (2024, p. 386-387) acrescenta que o abuso espiritual gera “desintegração da autoeficácia religiosa”, ou seja, destrói a capacidade da vítima de confiar em sua própria relação com Deus e na confiança com seus superiores. O resultado é uma fé heterônoma, frágil e dependente, na qual o indivíduo não crê mais por convicção, mas por medo. Essa forma de servidão espiritual representa uma negação radical da liberdade evangélica.

Em contraste com essa lógica, Bento XVI (2010, p. 3) recorda que o acompanhamento pastoral é caminho de humanização, não de dominação. Para ele, a verdadeira formação é libertadora, porque permite que cada vocacionado descubra sua singularidade diante de Deus.

O Papa Francisco (2025), ao dirigir-se aos jovens, oferece um contraponto espiritual a essas deformações. Em sua Mensagem para o 62º Dia Mundial de Oração pelas Vocações, afirma que “a vocação é um dom precioso que Deus semeia nos corações, uma chamada a sair de si mesmo para trilhar um caminho de amor e serviço” (Francisco, 2025). Ele adverte que o discernimento vocacional não deve ser um processo de controle, mas de escuta: “a descoberta da própria vocação passa por um caminho de discernimento, que nunca é solitário, mas se desenvolve na comunidade cristã” (Francisco, 2025). A vocação, portanto, só pode florescer quando há liberdade e confiança, não medo e submissão.



A pedagogia do Papa Francisco apresenta um antídoto espiritual para o abuso: a esperança como método. Ele afirma que “a vocação é animada pela esperança, que se traduz em confiança na Providência” (Francisco, 2025). O verdadeiro formador, nessa perspectiva, não impõe, mas acompanha; não controla, mas escuta. A espiritualidade do acompanhamento, fundada na misericórdia e na corresponsabilidade, é o caminho mais seguro para curar as feridas provocadas pelo autoritarismo clerical. Assim, onde houver escuta autêntica, não haverá espaço para a manipulação espiritual; onde houver esperança, o medo perde o poder.

O desafio contemporâneo da Igreja é, portanto, transformar a estrutura de poder formativo em um espaço de amadurecimento da fé. Como conclui Woditsch (2024, p. 388), a superação do abuso espiritual depende da criação de comunidades “afetiva e teologicamente saudáveis”, nas quais o cuidado pastoral substitua a dominação simbólica e o acompanhamento espiritual recupere sua natureza original: a de ajudar o outro a ser livre em Deus.

A Dimensão Social: O Luto Negado e a Perpetuação da Violência

A dificuldade enfrentada por muitos egressos em elaborar o próprio luto vocacional não se limita a uma experiência individual; ela espelha uma inabilidade estrutural da Igreja em lidar com a perda e o fracasso dentro de si mesma. Cada saída — seja de um seminarista, seja de um presbítero — não é apenas uma despedida pessoal, mas uma ruptura simbólica que desestabiliza o imaginário institucional. A Igreja, enquanto corpo místico e comunidade histórica, perde não apenas um membro e um investimento pastoral, mas também a segurança da própria autoimagem, construída sobre o ideal de continuidade e fidelidade inabalável.

A antropologia dos ritos ensina que o luto só se cumpre quando a perda é reconhecida, nomeada e ritualizada dentro da coletividade, transformando a ausência em memória e a dor em significado. Quando esse processo é negado, a perda permanece sem simbolização, deslocando-se para a esfera do não-dito — o território do silêncio, da vergonha e da negação. Em diversos contextos eclesiais, é isso que ocorre: o silêncio institucional substitui a escuta compassiva; o julgamento moral toma o lugar da empatia. O egresso se converte em um “fantasma eclesial”, um sujeito cuja história é apagada para que a instituição não precise encarar



sua própria vulnerabilidade. Sua saída é vista como falha pessoal, e não como sintoma de estruturas formativas que produzem sofrimento.

Nesse sentido, Paul Zulehner (2000, p. 87) denomina esse processo de “luto social não realizado”, ou seja, uma dinâmica em que a instituição, incapaz de reconhecer a própria dor, repete inconscientemente os mecanismos que a geram. Ao evitar lamentar o afastamento de seus filhos, a Igreja se aprisiona em uma forma de negação institucional, perdendo a oportunidade de conversão e crescimento. Essa recusa ao luto não é neutra — é uma forma de violência simbólica. Como observa Woditsch (2024), a ausência de consciência sobre a violência psicológica e espiritual leva à reprodução do trauma: “a falta de sensibilização para o abuso invisível impede o reconhecimento do dano” (p. 375). Assim, o silêncio da instituição diante da dor do egresso atua como revitimização secundária — o mesmo sistema que, por vezes, contribuiu para o sofrimento do formando, aprofunda a ferida ao negar-lhe voz e validade.

Esta falha institucional é frequentemente personificada e validada na figura do bispo diocesano. O Código de Direito Canônico é explícito ao atribuir ao bispo a responsabilidade primária e inalienável pela formação de seus seminaristas (cf. Cân. 241, §1; Cân. 259, §1). Este não é um poder meramente administrativo, mas parte essencial de seu *múnus* episcopal de governar, ensinar e santificar; é o dever do pastor de conhecer e cuidar pessoalmente daqueles que poderão vir a ser seus mais próximos colaboradores. Contudo, na prática, essa grave responsabilidade é, por vezes, delegada de forma acrítica a um conselho presbiteral, quando na verdade, deveria se tratar de um conselho formativo.

O problema se agrava quando este conselho se encontra “contaminado” por dinâmicas de poder, corporativismo ou pelas próprias patologias de abuso espiritual discutidas anteriormente. Ao aceitar passivamente o parecer de um grupo enviesado e não exercer seu dever de escuta e discernimento pessoal, o bispo comete uma omissão de ofício. Ele abdica de seu *múnus* e permite que a vida de uma vocação seja decidida em um processo que pode ser injusto e desprovido de verdadeira caridade pastoral. A decisão, embora canonicamente legal, torna-se pastoralmente ilegítima e espiritualmente violenta, transformando a autoridade episcopal no selo que ratifica o descarte e aprofunda o luto negado da Igreja local.

Essa omissão contradiz o próprio evangelho que a Igreja anuncia. O ministério pastoral, lembra Santos (2024, p. 281), exige que os



formadores “sejam os primeiros a agir como o Bom Pastor para com os seminaristas”. O verdadeiro pastor não ignora a ovelha ferida nem se distancia daquela que se perdeu; ao contrário, vai ao seu encontro movido pela compaixão. Quando a Igreja deixa de chorar seus filhos e se abstém de buscá-los, trai sua identidade pastoral mais profunda. O luto negado, portanto, não é apenas um problema administrativo, mas um fracasso teológico e eclesiológico: a recusa de encarnar o Deus que é amor e misericordioso que ela mesma proclama.

O Papa Francisco (2018), na *Carta ao Povo de Deus*, faz um apelo contundente à superação dessa lógica de negação. Ao afirmar que “o sofrimento das vítimas [...] se tornou um desafio eclesial e moral” (p. 2), ele indica que a autenticidade evangélica só se sustenta quando a Igreja reconhece e assume suas próprias feridas. Ainda que a carta se refira ao contexto dos abusos sexuais, o princípio pastoral é universal: não há purificação sem verdade. Aplicado à realidade formativa, isso implica reconhecer que o sofrimento dos egressos não é exceção, mas expressão de uma cultura clerical que confunde santidade com perfeição e reputação com fidelidade.

Ao priorizar a imagem institucional em detrimento da pessoa, a Igreja perpetua uma espiritualidade de aparência que se afasta do Evangelho. O luto negado torna-se, assim, um espelho de suas contradições mais dolorosas — e a perpetuação da violência se disfarça sob o nome de prudência pastoral. O verdadeiro caminho de conversão começa quando a Igreja aceita chorar com os que choram (cf. Rm 12,15), transformando o luto em ato de amor e o fracasso em oportunidade de graça.

Do Descarte ao Cuidado: A Conversão Pastoral Diante da Ruptura Vocacional

O não reconhecimento das perdas institucionais configura o que se pode denominar de violência da ausência — uma forma de agressão que se manifesta não pelo excesso, mas pela omissão. Trata-se de uma violência discreta, porém devastadora, que se expressa pela falta de gestos, palavras e ritos. Quando um seminarista ou sacerdote se desliga da formação, “raramente há ritos de despedida, palavras de gratidão ou gestos de acompanhamento pastoral” (Santos, 2025). Essa ausência de ritualidade não é neutra; constitui, de fato, um ato simbólico de exclusão.



Pierre Bourdieu (1998, p. 47) descreve essa lógica como violência simbólica, isto é, “a imposição de significações que, ao serem reconhecidas como legítimas, dissimulam as relações de poder que as fundam”. No contexto eclesial, o silêncio diante da partida do egresso funciona como uma forma de comunicação tácita: quem sai é desautorizado e invisibilizado, e sua história é silenciada. Esse tipo de comportamento institucional rompe com o ideal evangélico de comunhão, pois “a Igreja não é uma comunidade dos perfeitos, mas dos que aprendem continuamente a começar de novo” (Rahner, 1981, p. 57).

A exclusão simbólica tem impactos psíquicos e espirituais profundos. O egresso é lançado em um limbo identitário, privado de ritos de transição que lhe confirmam sentido e pertencimento. Como observa Hirigoyen (2011, p. 142), “a violência mais devastadora é a que não se nomeia”; aquilo que não se diz continua a agir silenciosamente, perpetuando a ferida original. Assim, o silêncio institucional transforma-se em uma nova forma de violência, que opera pela indiferença.

O Papa Francisco (2018, p. 3) denuncia que “o clericalismo é a raiz de muitas deformações eclesiais”, e entre elas está justamente essa incapacidade de lidar com a dor e o fracasso de maneira compassiva. A “cultura do descartê”, como ele denomina em outro momento (Francisco, 2013, n. 53), faz com que a Igreja acolha quem chega, mas se esqueça de quem parte. Tal cultura é incompatível com a teologia do cuidado e com a pastoral da misericórdia, pois contradiz o Evangelho do Bom Pastor — aquele que “vai em busca da ovelha perdida até encontrá-la” (Lc 15,4).

Superar essa lógica exige uma conversão pastoral profunda, na qual o luto eclesial seja entendido como um ato de fé e de reconciliação. Elaborar o luto significa nomear a perda, reconhecer a dor e permitir que ela se transforme em aprendizagem e compaixão. Para isso, é preciso romper com a cultura da negação e instituir uma práxis do cuidado, centrada na dignidade de cada vocação, inclusive daquelas interrompidas.

Amedeo Cencini (2005, p. 211) oferece uma chave interpretativa decisiva ao afirmar que “a formação deve continuar sendo formativa, mesmo para quem parte”. Essa perspectiva propõe que o processo formativo não se encerre no desligamento, mas se transforme em um itinerário de reintegração humana e espiritual, ajudando o egresso a redescobrir o sentido de sua vocação fora das estruturas clericais.



Essa práxis do cuidado concretiza-se em iniciativas como grupos de escuta, acompanhamento psicológico e espiritual, e comunidades de partilha, que podem atuar como rituais de reconciliação. Mais do que programas administrativos, essas ações constituem gestos eclesiais de misericórdia e reconhecimento. Como recorda Bento XVI (2010, p. 2), “Deus vive e precisa de homens que vivam para Ele e O levem aos outros”, mesmo que esses homens não estejam revestidos da veste clerical.

Assumir essa postura implica reencontrar o rosto do Cristo Bom Pastor, que jamais abandona suas ovelhas — mesmo aquelas que se afastaram do rebanho institucional. Elaborar o luto eclesial, portanto, não é um exercício burocrático, mas uma exigência teológica: transformar a dor em comunhão e a fratura em ressurreição. “Somente uma Igreja que sabe chorar seus filhos”, escreve o Papa Francisco (2025, n. 11), “será capaz de gerar esperança e acompanhar as feridas do mundo com ternura”.

Percurso Metodológico

A complexidade do fenômeno investigado, que transita entre a dimensão quantificável dos fatores associados ao desligamento e a profundidade qualitativa da experiência subjetiva, exigiu um desenho de pesquisa que transcendesse as limitações de uma abordagem única. Optou-se, portanto, por uma pesquisa de métodos mistos, uma vez que esta abordagem “oferece uma compreensão mais completa da pesquisa do que os métodos quantitativos ou qualitativos sozinhos” (Creswell; Clark, 2013, p. 23). A investigação foi estruturada segundo um modelo sequencial explanatório (QUANTI → quali). Este desenho se mostrou o mais adequado, pois permitiu, em uma primeira fase, obter um panorama geral do problema através de um levantamento de maior amplitude, cujos resultados informaram e guiaram a seleção de participantes e a elaboração de questões para uma segunda fase, de natureza qualitativa, destinada a explicar, aprofundar e dar sentido aos padrões estatísticos identificados.

A primeira fase quantitativa foi conduzida entre os meses de julho e agosto de 2025, tendo como público-alvo 500 homens que passaram pelo menos um ano em seminários católicos no Brasil e que se desligaram do processo formativo nos últimos dez anos. Dada a dificuldade de acesso e a ausência de uma listagem formal desta população, utilizou-se o método de amostragem não-probabilística por “bola de neve” (*snowball sampling*), no qual os próprios participantes foram convidados a compartilhar a pesquisa com outros egressos de seu círculo de contatos.



O instrumento utilizado foi um questionário online, desenvolvido na plataforma Google Forms para garantir o anonimato dos respondentes. Após a apresentação do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), o questionário coletou dados sociodemográficos e vocacionais, avaliou os motivos do desligamento através de escalas Likert e incluiu versões validadas para o contexto brasileiro de escalas psicométricas para rastreio de indicadores de saúde mental, como o Inventário de Depressão de Beck (BDI-II) e a Escala de Solidão da UCLA. Os dados coletados foram exportados para o software SPSS (Statistical Package for the Social Sciences), onde foram submetidos a uma análise estatística descritiva e a testes de correlação para explorar as relações entre as variáveis.

A segunda fase, de caráter qualitativo, ocorreu entre setembro e outubro de 2025. A partir de um convite ao final do questionário, foi criada uma lista de voluntários para as entrevistas. Foram realizadas 30 entrevistas semiestruturadas com egressos selecionados por amostragem intencional baseada em diversidade de experiências formativas. O processo de coleta seguiu até alcançar a saturação teórica dos dados.

Desta lista, realizou-se uma seleção intencional de participantes, buscando garantir uma diversidade de perfis em termos de tempo de formação, motivos da saída e idade, a fim de obter uma visão multifacetada do fenômeno. As entrevistas semiestruturadas, realizadas por videoconferência e com duração média de 90 minutos, foram guiadas por um roteiro que explorava a história vocacional, a narrativa da crise, os desafios da reintegração e a ressignificação da fé.

O corpus das entrevistas, após transcrição na íntegra, foi submetido a uma Análise Fenomenológica Interpretativa (AFI). Este método, conforme Smith, Flowers e Larkin (2009), é particularmente adequado para este estudo, pois visa compreender em profundidade a experiência vivida pelos participantes a partir de sua própria perspectiva, buscando desvelar as estruturas de significado subjacentes às narrativas de perda e reconstrução.

A triangulação dos achados quantitativos e qualitativos será realizada no texto de discussão, onde as narrativas dos participantes iluminarão e darão sentido aos padrões estatísticos identificados, conferindo à análise final uma compreensão integrada e polifônica da “dor de não ser mais padre”.



Apresentação e Análise dos Dados

Após detalhar o percurso metodológico, passamos agora ao coração da investigação: a apresentação e análise dos dados coletados. Neste trabalho, se dedica a expor os principais achados de ambas as fases da pesquisa, a quantitativa e a qualitativa, buscando traçar um perfil dos egressos e, subsequentemente, mergulhar na profundidade de suas narrativas de ruptura e reconstrução.

Foi utilizada uma amostra de conveniência de 500 participantes (N=500). Os gráficos apresentados indicam os percentuais correspondentes a essa base amostral, com eventuais variações decorrentes de não-respostas ou filtros específicos indicados em cada figura. Embora os dados coletados sejam reveladores, a amostra impede qualquer forma de generalização estatística. Os resultados aqui apresentados devem, portanto, ser compreendidos como um retrato ilustrativo e preliminar de um segmento da população estudada, servindo primariamente como um ponto de partida para a análise qualitativa que se segue, esta sim focada na profundidade e na complexidade das experiências individuais.

Perfil e Percepções dos Egressos: Uma análise dos dados

A primeira fase da pesquisa buscou traçar um perfil sociodemográfico dos participantes para contextualizar suas trajetórias. Os dados, embora limitados, oferecem um vislumbre significativo do “depois” da vida seminarística.

No que tange à faixa etária, a maioria dos respondentes (60%) situa-se entre 35 e 44 anos, enquanto os 40% restantes estão na faixa de 25 a 34 anos. Este dado sugere que a amostra é composta por homens em plena vida adulta, indicando que o desligamento não é um fenômeno exclusivamente juvenil, isso sugere que a ruptura vocacional ocorre após um período prolongado de investimento identitário e espiritual. Como observa Cencini (2005), a maturação humana e afetiva é parte essencial do discernimento vocacional; quando ela não encontra espaço de integração dentro do processo formativo, o resultado pode ser uma crise existencial tardia e dolorosa.

Os dados sugerem que 80% dos participantes são solteiros e 20% são casados, sendo que nenhum dos respondentes (100%) possui filhos.



Essa configuração sugere que a maioria dos egressos não reconstruiu vínculos conjugais ou familiares após o desligamento, o que pode refletir tanto a persistência de valores ligados ao celibato quanto as dificuldades de reinserção afetiva após uma formação fortemente marcada pela renúncia.

Como observa Erikson (1972), a fase adulta é marcada pelo desafio de transitar do eixo intimidade versus isolamento para o de geratividade versus estagnação; quando esse processo é interrompido, tende-se ao retraimento afetivo e à dificuldade de estabelecer novos laços de pertencimento. Do ponto de vista teológico-vocacional, Bento XVI (2010) recorda que o amadurecimento humano é parte essencial da configuração a Cristo, e não uma realidade oposta à espiritualidade. A ausência de vínculos afetivos após o desligamento pode, portanto, ser compreendida como um eco do modo como a formação sacerdotal molda a subjetividade: centrada no dever, mas nem sempre aberta à reciprocidade emocional.

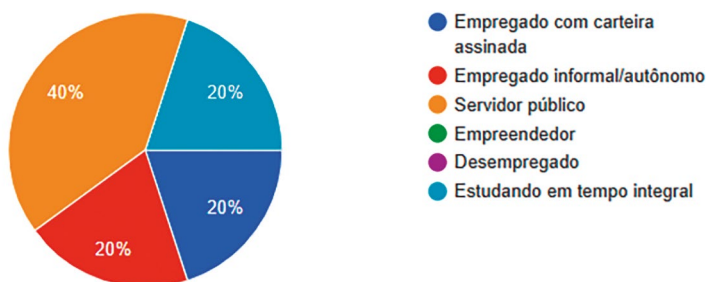
No campo educacional, 60% possuem ensino superior completo, 20% ensino superior incompleto, e 20% pós-graduação lato ou stricto sensu. Tais números revelam um perfil de alta qualificação acadêmica, coerente com a natureza intelectual da formação seminarística. Em relação à situação profissional, a distribuição aponta que 40% atuam como servidores públicos, 20% como empregados formais, 20% como autônomos e 20% estão atualmente desempregados.

De acordo com Bourdieu (1998, p. 52), o rompimento com uma instituição total, como o seminário, implica “a perda do capital simbólico e relacional acumulado”, exigindo do indivíduo um processo de reconstrução social e profissional. O desligamento, assim, não é apenas espiritual, mas também laboral: o ex-seminarista precisa redefinir suas competências em contextos seculares onde o capital religioso tem menor valor de troca.

Quanto à identidade religiosa, 80% dos egressos se autodeclararam católicos praticantes e 20% católicos não praticantes, o que demonstra que a saída da instituição não significou, necessariamente, a perda da fé. Esse dado dialoga com a tese de que a egressão não é um ato de apostasia, mas uma tentativa de reconfigurar a espiritualidade em novos parâmetros de liberdade. Bingemer (2009, p. 74) denomina esse fenômeno de “fé eclesial ferida”: a experiência de Deus permanece viva, mas precisa ser ressignificada fora dos moldes clericais. O Papa Francisco (2025), em sua



Gráfico 01 – Situação Trabalhista dos Egressos



Fonte: Elaborado pelo autor, 2025.

mensagem para o Dia Mundial das Vocações, retoma esse ideal ao afirmar que “toda vocação é dom e ferida, esperança e cruz, e só floresce quando acompanhada com ternura e cuidado”. Essa afirmação ilumina o dado empírico ao sugerir que, mesmo após o afastamento institucional, muitos egressos continuam movidos por uma espiritualidade ativa e madura.

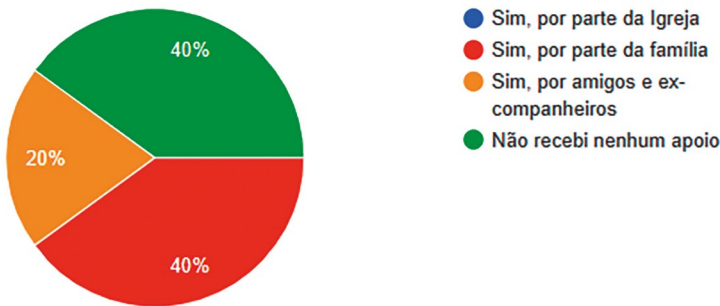
O tempo de formação revela um profundo investimento de vida: 60% dos participantes permaneceram por 5 anos ou mais no seminário, com 40% ultrapassando os 7 anos. Isso sugere que a decisão de sair não foi, em sua maioria, uma crise inicial, mas uma ruptura ocorrida em estágios avançados da caminhada, tornando o luto identitário ainda mais agudo. Destes, 80% eram seminaristas diocesanos, enquanto 20% deles eram religiosos.

Os motivos que levaram à saída confirmam a tese de uma crise multifatorial, com um peso esmagador dos fatores institucionais. O motivo mais prevalente foi “Conflitos com a hierarquia/formadores” (80%), seguido de perto por “Falta de liberdade e autonomia” (60%). Este dado sugere que a crise pode estar associada, em diversos casos, a um ambiente percebido como autoritário e invalidante, isso é compatível com a análise teórica sobre abuso espiritual e o assédio moral (presente em 80% das respostas) que denotam uma profunda crise de confiança na instituição.

Apenas 20% dos egressos afirmaram ter recebido algum tipo de acompanhamento pastoral após a saída, enquanto 40% contaram com o apoio da família e 40% com o de amigos próximos.



Gráfico 02 – Apoio emocional ou espiritual
após a saída do Seminário



Fonte: Elaborado pelo autor, 2025.

Esse quadro sugere a ausência de políticas institucionais de cuidado aos ex-seminaristas, o que confirma o fenômeno do ‘abandono simbólico’ discutido em seções anteriores. O Papa Francisco (2018, p. 2) já havia advertido que “o sofrimento das vítimas — quando silenciado — transforma-se em ferida moral para toda a Igreja”. Aplicado ao contexto vocacional, isso significa que o silêncio institucional diante das saídas aprofunda a dor e dificulta a reconciliação.

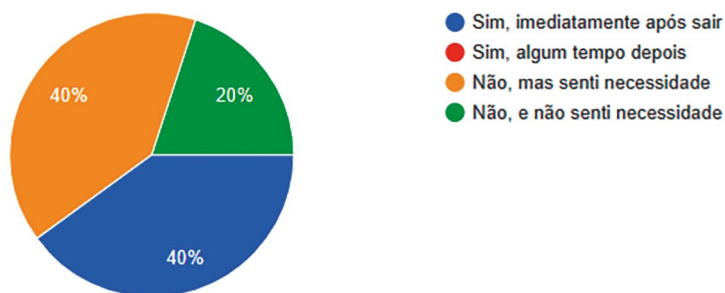
Há predomínio de sofrimento intenso no período inicial: 40% reportam crise profunda, e 20% referem-se a si como ansiosos e perdidos. Somados, 60% vivenciam angústia significativa nos primeiros meses. Um contingente menor indica trajetória adaptativa: 20% “triste, mas em paz” (luto com aceitação inicial) e 20% “estável e tranquilo” (ajuste emocional rápido). concentração de respostas em “crise profunda” e “ansioso e perdido” é consistente com a literatura de luto e transições.

Em termos clássicos, muitos egressos parecem atravessar as fases de depressão/desorganização descritas por Kübler-Ross (2017) e a “zona neutra” do modelo de transição de Bridges (2016), em que a pessoa se vê entre o fim de uma identidade e o ainda-não de um novo projeto. Nessa etapa, sentimento de perda de sentido e desorientação são esperados (Kübler-Ross, 2017; Bridges, 2016). A intensidade do sofrimento em 60% da amostra alinha-se a alertas formativos: quando a liberdade interior não é suficientemente trabalhada no processo vocacional, a ruptura tende a produzir colapso afetivo maior (Cencini, 2005). Esse dado

reforça a necessidade de formação humana integral prevista na *Ratio Fundamental* (Congregação para o Clero, 2016).

Os resultados mostram que 40% dos egressos procuraram ajuda psicológica imediatamente após o desligamento, enquanto outros 40% não buscaram atendimento, embora tenham reconhecido a necessidade. Apenas 20% afirmam não ter sentido necessidade de apoio emocional. Em conjunto, esses números indicam que 80% dos participantes viveram sofrimento psíquico perceptível, ainda que apenas metade tenha recorrido a acompanhamento especializado.

Gráfico 03 – Busca de Apoio Psicológico ou Terapêutico



Fonte: Elaborado pelo autor, 2025.

O elevado índice de necessidade não atendida reflete uma lacuna estrutural de acolhimento psicológico institucional. Segundo Cencini (2005, p. 196), o acompanhamento humano-afetivo é parte constitutiva da formação presbiteral, e sua ausência posterior agrava o sentimento de abandono. A ausência de espaços de escuta após a saída pode prolongar o luto e favorecer o surgimento de sintomas ansiosos, depressivos ou de culpa. Frankl (2017) lembra que o sofrimento adquire sentido apenas quando o sujeito é capaz de integrá-lo a uma narrativa de propósito; sem essa mediação, ele se torna destrutivo.

O fato de 40% dos egressos reconhecerem a necessidade de ajuda, mas não a buscarem, pode ser lido à luz da vergonha institucionalizada, descrita por Bourdieu (1998) como efeito da violência simbólica: o indivíduo internaliza o fracasso vocacional como falha pessoal, o que inibe a procura por suporte externo. Além disso, a *Ratio Fundamental*



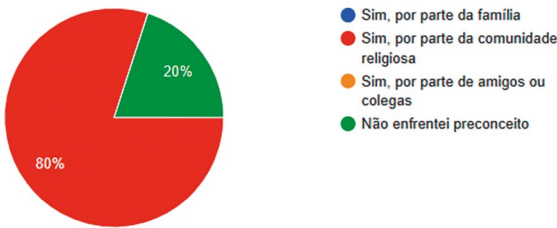
Institutionis Sacerdotalis (Congregação para o Clero, 2016, n. 94) recomenda explicitamente o acompanhamento psicológico como ferramenta preventiva e integradora, destacando que a formação deve “ajudar o candidato a conhecer e aceitar a própria fragilidade”.

A carência desse cuidado após o desligamento mostra que a pastoral vocacional, muitas vezes, encerra sua missão no momento em que o seminarista sai, deixando de exercer a caridade formativa que o Papa Francisco (2018) chama de “arte de acompanhar”. O dado de 20% que afirmam não ter sentido necessidade de apoio pode ser interpretado de duas maneiras: Representa uma resiliência emocional consolidada, possivelmente sustentada por redes familiares ou comunitárias fortes; ou pode expressar uma negação defensiva do sofrimento, mecanismo comum em processos de luto não elaborados (Kübler-Ross, 2017).

Os dados do Gráfico 04 revelam um aspecto central do fenômeno da egressão: 80% dos participantes relataram ter sofrido preconceito ou julgamento após deixar o seminário, sendo a comunidade religiosa o principal agente dessa estigmatização. Apenas 20% afirmaram não ter enfrentado nenhum tipo de preconceito.

Gráfico 04 – A estigmatização da saída:
o peso do julgamento comunitário

Você já enfrentou preconceito ou julgamento por ter deixado o seminário?



Fonte: Elaborado pelo autor, 2025.

Esse resultado é compatível com o que Zulehner (2000, p. 87) descreve como “luto social não realizado”: quando a instituição e seus membros não reconhecem a perda e, ao contrário, transformam o egresso em um símbolo de fracasso. O julgamento da comunidade — velado ou



explícito — funciona como mecanismo de controle simbólico, reafirmando a norma vocacional pela exclusão de quem a transgrediu.

À luz de Bourdieu (1998, p. 47), esse processo pode ser compreendido como violência simbólica: a imposição de um significado que naturaliza a hierarquia entre o “vacionado” e o “desviado”, convertendo a saída em uma espécie de desonra pública. Assim, o ex-seminarista não apenas perde sua função institucional, mas também é privado de legitimidade espiritual — passa de sujeito de vocação a objeto de julgamento.

O Papa Francisco (2018), na Carta ao Povo de Deus, adverte para o perigo de uma Igreja “autorreferencial e fechada em si mesma”, que prefere esconder suas feridas a assumi-las como lugares de conversão. Esse dado empírico sugere esse fechamento: a comunidade eclesial, em vez de ser espaço de misericórdia, torna-se instância de exclusão. Como sintetiza Cencini (2005, p. 219), “quando o seminário forma para o dever e não para a liberdade, toda saída será vista como traição, e não como discernimento”.

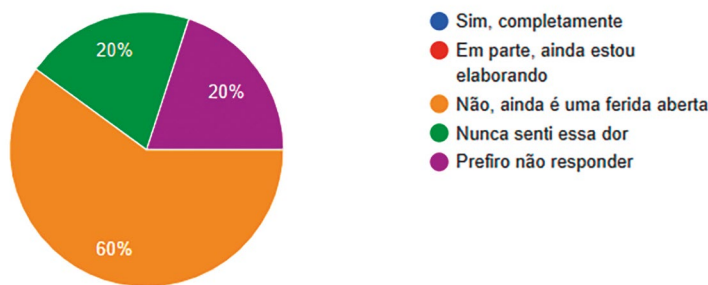
Perguntados sobre a percepção de justiça da saída, os resultados ampliam a compreensão do impacto emocional e simbólico da egressão. Os dados mostram que 40% consideram sua saída justa, 40% injusta e 20% preferiram não responder. Essa distribuição revela uma ambiguidade moral que atravessa o desligamento: o mesmo evento é percebido, simultaneamente, como libertação e como injustiça. A avaliação de “injustiça” sugere, em muitos casos, sentimento de arbitrariedade institucional ou ausência de escuta nos processos de discernimento. A literatura sobre o tema confirma esse achado. Woditsch (2024, p. 375) identifica que, em diversos contextos eclesiais, “a manipulação espiritual assume a forma de direção autoritária, travestida de zelo pastoral”, o que leva à interiorização da culpa e ao sentimento de expulsão disfarçada de obediência. Já a percepção de “justiça” (40%) pode refletir a consciência de limites pessoais, um discernimento maduro e voluntário — expressão do que Frankl (2017) chamaria de *autotranscendência*: a capacidade de reconhecer a dor sem perder o sentido da própria história. Os 20% que preferiram não responder indicam, por sua vez, ambivalência emocional ou medo de retaliação simbólica, o que reforça o caráter sensível e ainda tabu do tema dentro dos ambientes eclesiais.

Os dados do Gráfico 05 são contundentes: 60% dos egressos afirmam que a dor de não ter se tornado padre ainda é uma ferida aberta, e nenhum participante declarou ter superado completamente o sofrimento.



Trata-se de um indício claro de que o desligamento deixa uma marca psíquica e espiritual duradoura.

Gráfico 05 – A ferida vocacional: dor que persiste



Fonte: Elaborado pelo autor, 2025.

Como observa Cencini (2005, p. 112), a vocação sacerdotal é uma “experiência de totalidade afetiva”, e sua interrupção gera uma espécie de “luto sacramental”, pois o sujeito não perde apenas uma função, mas um modo de existir diante de Deus. Essa ferida se aprofunda quando a saída ocorre em meio a tensões institucionais ou sem acompanhamento pastoral adequado.

O fato de 20% afirmarem “nunca ter sentido essa dor” pode representar casos de discernimento vocacional mais livre ou de desligamentos precoces, nos quais a identidade sacerdotal ainda não estava consolidada. Já os 20% que preferiram não responder reforçam o caráter sensível e tabu do tema — um silêncio que, conforme Hirigoyen (2011, p. 143), “é também uma forma de defesa contra a dor psíquica ainda não simbolizada”.

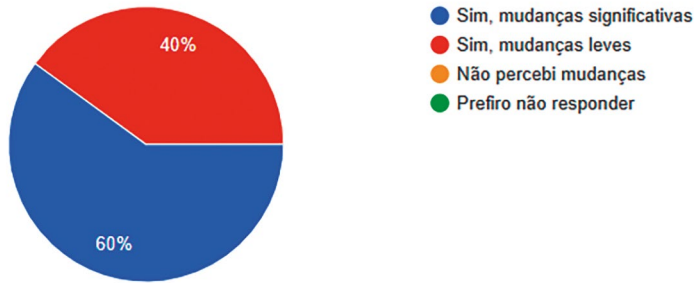
Os dados do gráfico 06 mostram que 100% dos egressos perceberam mudanças emocionais após o desligamento, sendo 60% significativas e 40% leves. Tal unanimidade sugere que a egressão provoca uma reorganização psíquica profunda, mesmo quando não há crise aparente.

De acordo com Goffman (2015, p. 23), o desligamento de uma “instituição total” implica um processo de reconstrução da identidade do eu, pois o indivíduo deixa um ambiente no qual todos os aspectos da vida eram regulados por uma autoridade central. Esse desmonte identitário gera, segundo Bridges (2016), a chamada zona neutra: um estado



de transição em que antigos referenciais de valor desaparecem antes que novos sejam internalizados.

Gráfico 06 – Mudanças de humor e reconfiguração emocional



Fonte: Elaborado pelo autor, 2025.

O Papa Francisco (2025, n. 15), em *Peregrinos de Esperança*, alerta para essa vulnerabilidade, pedindo à Igreja que “acompanhe com ternura os que atravessam noites da fé e rupturas vocacionais, para que a ferida não se torne desespero”. A correlação entre mudança emocional e ausência de acompanhamento — como visto nas seções anteriores — reforça o diagnóstico de que a maioria dos egressos enfrenta instabilidade emocional sem suporte institucional suficiente.

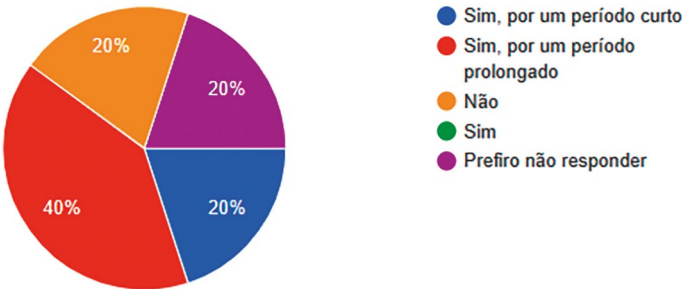
A Figura 7 aprofunda esse dado ao mostrar que 60% dos participantes relataram ter passado por algum grau de depressão ou perda de sentido existencial, sendo 40% por um período prolongado e 20% por um período curto. Esse resultado confirma o alto impacto psicossocial do desligamento.

Em termos psicológicos, trata-se de um quadro compatível com o que Frankl (2017, p. 45) descreve como vazio existencial: uma condição em que a perda de sentido é vivida como esvaziamento ontológico — o indivíduo deixa de saber “por que” continuar. A dor vocacional, quando não elaborada, pode, portanto, evoluir para sintomas de tristeza crônica, culpa religiosa e isolamento social. Esse sofrimento é agravado pela ausência de espaços de acolhimento. Conforme Woditsch (2024, p. 380), “a espiritualização do sofrimento sem tratamento psicológico adequado perpetua o trauma eclesial”. Quando a dor é interpretada apenas como



falta de fé, e não como ferida humana, a pessoa é duplamente ferida: primeiro, pela perda; depois, pela invalidação da sua dor. Apesar da predominância da dor, os dados também sugerem possibilidades de reconstrução. Parte dos egressos reconhece mudanças leves e ausência de ideação suicida prolongada, o que indica capacidade de resiliência espiritual. Essa resiliência pode estar ligada ao que Frankl (2017, p. 103) define como “a liberdade última do homem: escolher a atitude diante do sofrimento”.

Gráfico 07 – Depressão e ideação de desesperança



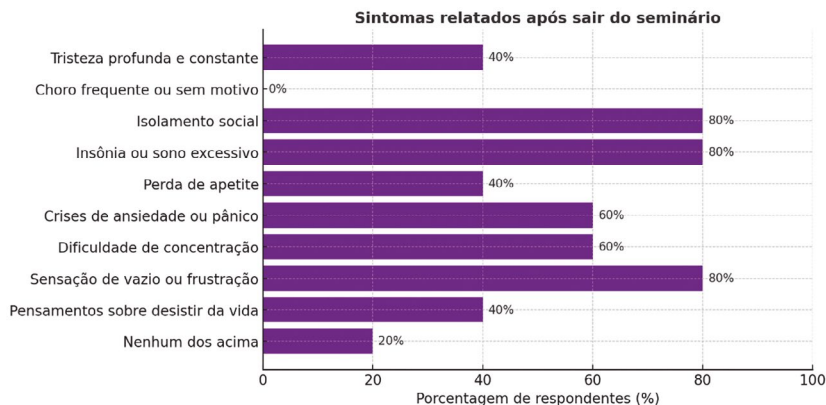
Fonte: Elaborado pelo autor, 2025.

No contexto teológico, essa travessia pode ser lida à luz da exortação do Papa Francisco (2018), que convida a Igreja a “fazer-se próxima das feridas de seus filhos, sem julgamentos, mas com ternura e esperança”. Assim, o processo de cura passa menos por negar a dor e mais por transformá-la em experiência pascal — uma passagem do “não ser mais padre” para o “continuar sendo filho”.

Os resultados da Figura 8 confirmam o que autores como Frankl (2017) e Cencini (2005) já haviam descrito: o desligamento vocacional é um evento potencialmente traumático, pois implica uma ruptura entre identidade, sentido e pertencimento. A prevalência de sintomas como isolamento (80%) e sensação de vazio (80%) revela um quadro de luto identitário profundo, no qual o sujeito luta para reintegrar sua história após a perda de um ideal de vida. A insônia, o esgotamento e a ansiedade apontam para o impacto psicossomático da experiência.



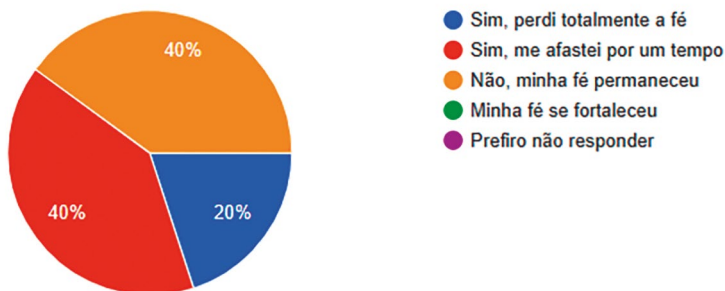
Gráfico 08 – Depressão e ideação de desesperança



Fonte: Elaborado pelo autor, 2025.

Os dados da Figura 09 trazem talvez o aspecto mais delicado da pesquisa: 60% dos egressos afirmam que sua fé foi abalada, seja por perda total (20%) ou afastamento temporário (40%). Nenhum participante relatou fortalecimento da fé — um dado preocupante que revela o vínculo direto entre sofrimento psíquico e crise espiritual.

Gráfico 09 – A fé na visão dos egressos



Fonte: Elaborado pelo autor, 2025.



Rahner (1975, p. 54) já advertia que “a fé que não atravessa a noite do abandono não amadurece”, mas também reconhecia que a Igreja frequentemente falha em acompanhar essas noites escuras. O Papa Francisco (2025) retoma essa ideia ao afirmar que “a vocação ferida precisa ser cuidada com ternura, para que não se torne fonte de amargura”. A fé abalada não significa necessariamente perda da crença, mas reconfiguração da experiência religiosa.

Como observa Bingemer (2009, p. 213), a espiritualidade contemporânea é marcada pela oscilação entre pertencimento e autonomia; assim, a ruptura com a instituição pode abrir espaço para uma fé mais pessoal, menos normativa e mais compassiva. No entanto, para que isso ocorra, é necessário que o sofrimento encontre mediação simbólica e comunitária — e é essa mediação que a maioria dos participantes relata não ter recebido.

A Experiência Emocional da Egressão: Entre a Saudade, Silêncio, Dor da Incompletude e o Conflito com o Sagrado

Se os números delineiam os contornos do problema, as respostas abertas funcionam como sonda que atravessa a superfície e alcança as camadas profundas da experiência. A leitura fenomenológica das narrativas sugere uma ferida complexa e estratificada, na qual a dor não aparece como evento pontual, mas como processo que se remodela ao longo do tempo.

Emergiram três planos entrelaçados de luto: o pessoal, marcado por conflito identitário, sentimento de “inacabamento” e gatilhos recorrentes (a missa, a ordenação de colegas, a lembrança da disciplina do seminário); o social, em que se inscrevem rejeição, estigma e perda de redes de pertencimento, convertendo antigas fontes de apoio em focos de constrangimento; e o institucional, vivido como silêncio, invisibilização e ausência de ritos de passagem, produzindo um “limbo” entre o que se foi e o que ainda não se é. Nessa triangulação, dor e esperança aparecem simultaneamente: a primeira, como vazio e desorientação; a segunda, como força discreta que desponta quando o sujeito encontra linguagem para nomear a perda, aciona redes alternativas de cuidado (família, amigos, terapia) e começa a reinscrever a própria fé fora dos contornos clericais. Trata-se, portanto, de um luto polifônico, no qual a reconstrução do sentido depende de reatar vínculos consigo, com os outros e com a própria comunidade crente.



Tema 1: A Complexidade da Transição – Uma Dor Onipresente

As descrições do processo de saída são unânimes em sua intensidade. As palavras usadas são “impactante”, “dolorido” e, de forma recorrente, “difícil”. Mesmo quando a saída é “consciente” e conta com o apoio de colegas e até do bispo, isso não anula a dor. Um participante descreve essa ambivalência de forma tocante:

“a emoção que sentia era sempre de saudade, e até hoje, a saudade da vida no seminário, dos amigos, daquela disciplina. Claro que sem desfazer o que vivi após a saída, ou o que vivo atualmente, mas esse processo emocional é muito sensível mesmo, tudo te recorda a vida no seminário...” (Entrevistado 1 – Pesquisa Qualitativa, 2025).

Essa “saudade” revela que o luto não é apenas pela identidade perdida, mas por um modo de vida, uma comunidade e um propósito que, apesar dos conflitos, estruturavam a existência. A transição é marcada por um sentimento de apatia e desorientação (“por muitos dias não tinha vontade de fazer nada”), e pelo medo constante do julgamento da comunidade (“Temi também o processo das pessoas me verem na Missa sem servir”).

Tema 2: O Luto Identitário – A Dor da “Quase-Realização”

Esta é, sem dúvida, a dor mais aguda e persistente que emerge das narrativas. O sofrimento não é apenas pela perda, mas pela convivência diária com o “fantasma” do que se “quase foi”. A fala de um dos egressos é um testemunho devastador desta fratura interna:

“Existe dentro de mim [...] uma sensação incompleta, uma sensação muito difícil de viver na missa, de pensar que cheguei tão perto, que quase estive ali [...]. É muito difícil mesmo você estar em um lugar e olhar onde estaria, a sensação dificuldade muito grande, é uma briga com meu Eu, ego e enfim...” (Entrevistado 2 – Pesquisa Qualitativa, 2025).

Essa “briga com o Eu” é a própria definição do luto identitário. A dor é exacerbada por gatilhos constantes, como “ver os amigos ordenando”. A luta é para reconciliar o “eu” atual com o “eu” que foi projetado por anos. Essa dor se manifesta como uma batalha espiritual e psicoló-



gica contínua (“hoje vivo essa constante luta, muitas vezes a vontade é desistir da Igreja, mas vamos indo”), revelando uma ferida que o tempo não cicatriza facilmente.

Esse trecho expressa aquilo que Cencini (2005, p. 187) chama de ferida da configuração interrompida — quando a formação presbital, orientada a uma entrega total, é abruptamente interrompida, deixando o sujeito “a meio caminho entre o humano e o consagrado”. A dificuldade de participar da missa como leigo, sentando-se onde antes servia, não é apenas emocional: é ontológica. O egresso sofre um tipo de deslocamento sacramental, pois o espaço litúrgico, antes fonte de identidade, converte-se em espelho do que foi perdido.

Esse fenômeno também pode ser compreendido à luz da psicologia da perda simbólica. Segundo Frankl (2017), quando o sentido existencial que orienta a vida se dissolve, surge o *vazio existencial* — uma dor não apenas pelo que se perdeu, mas por aquilo que deixou de fazer sentido. O ex-seminarista não apenas perde o “lugar” no altar, mas vê o altar como um lembrete constante de sua ausência. Trata-se de uma ferida que reativa diariamente o luto e impede o fechamento simbólico do ciclo.

Tema 3: O Abandono Social e Institucional – A Dor da Exclusão

Se o luto identitário é a ferida interna, o abandono social é o sal jogado sobre ela. As narrativas confirmam de forma contundente a tese do “luto negado” pela instituição e pela comunidade. Um dos relatos é explícito e doloroso:

“Fui acolhido pelos meus pais, mas virei motivo de chacota entre os demais familiares, especialmente os religiosos mais piedosos e orantes, que passaram a me excluir; assim como os demais membros da Igreja com quem eu tinha ótima interação enquanto era seminarista” (Entrevistado 3 – Pesquisa Qualitativa, 2025).

A dor da exclusão é agravada por vir daqueles que deveriam oferecer amparo: os “amigos” da Igreja e a própria equipe formativa. Outro participante descreve a mesma experiência de abandono:

“Não saber o que fazer da vida e perceber que na verdade há poucas pessoas com quem posso contar; pois, muitos membros da Igreja que eu considerava meus amigos se afastaram de mim e passam a me olhar



com outros olhos. Algo como um desprezo ou, na melhor das hipóteses, decepção. A equipe de formadores está inclusa entre os números dos que passaram a me ignorar” (Entrevistado 4 – Pesquisa Qualitativa, 2025).

Este abandono institucional e comunitário é a materialização da “cultura do descarte”. Aquele que sai deixa de ser um irmão e passa a ser um problema, um fracasso ou uma decepção. Essa experiência de ser ignorado e desprezado pela estrutura que um dia o acolheu aprofunda o sentimento de solidão e invalida a dor do egresso, tornando a reintegração eclesial quase impossível. A fé pode permanecer como “dávila de Deus”, mas a confiança na comunidade humana da Igreja fica irreparavelmente abalada. Outro relato amplia essa dor, ao relacioná-la à rejeição familiar e ao distanciamento espiritual:

“Minha família também sinto que é parte disso por nunca ter aceitado a minha saída [...]. A minha fé se distanciou bastante, sempre luto comigo” (Entrevistado 5 – Pesquisa Qualitativa, 2025).

A fala traduz o entrelaçamento entre fé e sofrimento psíquico, um tema amplamente estudado por Bingemer (2009), que descreve como a espiritualidade pode tanto sustentar quanto agravar o sofrimento. Quando o amor religioso se mistura à culpa e à vergonha, a fé deixa de ser fonte de sentido e passa a ser campo de batalha interior. Essa “luta com Deus” ecoa a narrativa bíblica de Jacó (Gn 32, 23-31), na qual o encontro com o divino deixa uma marca permanente — uma ferida que é também lugar de revelação.

O trecho em que o respondente pede “Rezem por nós” expressa essa ambivalência espiritual: o reconhecimento da dor e, simultaneamente, a permanência da fé, mesmo quando ferida. Papa Francisco (2025) identifica essa realidade ao afirmar que “as vocações feridas precisam ser cuidadas com ternura para não se tornarem fonte de amargura”.

Essa experiência de isolamento confirma o dado quantitativo de que 80% relataram isolamento social e 60% ansiedade. O afastamento de amigos e formadores, bem como o silêncio institucional, reforçam o que Bourdieu (1998) chama de abandono simbólico — uma forma de violência invisível que ocorre quando a instituição retira reconhecimento e deixa o sujeito em um vazio social e identitário. O que antes era uma comunidade de pertença se torna um espaço de exclusão e julgamento.



Um outro depoente descreve o sentimento de frustração e auto-questionamento:

“O sentimento de que deixei algo pelo qual me sacrifiquei bastante [...] tentei dar os primeiros passos para pedir o retorno, e foi e ainda é um processo muito difícil, por temer a rejeição” (Entrevistado 6 – Pesquisa Qualitativa, 2025).

A oscilação entre desejo de retorno e medo da rejeição sugere o caráter ambivalente da relação com a instituição e com o próprio passado vocacional. Deixar o seminário não significa simplesmente “sair”, mas permanecer emocionalmente preso a ele — uma forma de dependência simbólica. Winnicott (1975) descreve essa condição como luto não resolvido, quando a pessoa tenta reconstruir internamente o objeto perdido (no caso, a vocação) para sobreviver psíquica e afetivamente.

Do ponto de vista teológico, esse sentimento de perda e frustração remete ao que Rahner (1975, p. 82) chama de “a noite escura do chamado”, momento em que o crente é convidado a viver a fé sem as garantias da instituição. O desafio não é recuperar o seminário, mas reconfigurar a relação com Deus fora dele.

A experiência de rejeição e solidão mencionada em várias respostas também aponta para o déficit pastoral no acompanhamento pós-desligamento. O egresso não apenas deixa de ser acompanhado, mas passa a ser esquecido — o que o Papa Francisco (2018) chamou de “ferida aberta na carne eclesial”. Como já foi discutido anteriormente, a ausência de espaços de escuta e reconciliação torna o desligamento um processo desumanizador, onde o luto não encontra palavra, rito nem comunidade.

Considerações Finais

Este estudo partiu da hipótese de que o desligamento da formação presbiteral, longe de ser um mero “fato administrativo”, configura um luto identitário complexo, com profundas implicações psicossociais e teológicas.

A triangulação entre a revisão teórica interdisciplinar e os dados de campo, ainda que de natureza exploratória, confirmou a densidade traumática da experiência: a ruptura atinge o eixo do sentido (Frankl, 2017), desorganiza o *habitus* e o pertencimento (Bourdieu, 1998; Goffman, 2015) e interpela a eclesiologia do cuidado. Os dados quantitativos



e as narrativas qualitativas convergiram para um quadro de incompletude, culpa e, sobretudo, de abandono simbólico.

No plano teórico, três achados centrais se consolidaram. Primeiro, a fratura identitária confirma que a formação, ao ser uma configuração totalizante do *self*, quando interrompida, produz a “ferida da configuração” (Cencini, 2005), vivida pelos egressos como um deslocamento sacramental onde a própria missa se torna espelho da perda.

Segundo, o seminário como instituição total (Goffman, 2015) elucida a vulnerabilidade estrutural do formando, que, quando submetido a dinâmicas de assédio moral (Hirigoyen, 2011) e abuso espiritual (Woditsch, 2024; Perissé, 2024), pode sofrer uma captura da consciência e um dano espiritual profundo. Terceiro, a resposta institucional tende ao luto social não realizado (Zulehner, 2000): na ausência de reconhecimento, palavra e rito, instala-se a violência da ausência, um abandono que agrava a dor.

Do ponto de vista pastoral, os resultados expõem um hiato dramático entre o ideal e a práxis. Enquanto o magistério recente insiste na integração humana e na liberdade interior (Congregação para o Clero, 2016; Bento XVI, 2010), as práticas relatadas refletem clericalismo, controle e invalidação da subjetividade, o que o Papa Francisco denuncia como “cultura do descartê”. Em contrapartida, emergiu um notável potencial de reconstrução: mesmo feridos, os egressos mantêm e buscam ressignificar a fé, desenhando um horizonte pascal de superação.

Com base nesta análise, propõe-se uma agenda mínima de conversão pastoral, que transforme a cultura do descartê em uma práxis do cuidado, articulada em quatro eixos:

1. Ritos e Políticas de Transição: Instituir liturgias de despedida e bênção para egressos e criar protocolos diocesanos de desligamento que garantam escuta qualificada e reduzam arbitrariedades.
2. Pastoral dos Egressos: Desenvolver núcleos de acompanhamento espiritual e psicológico e fomentar grupos de apoio para reinserção comunitária e profissional.
3. Formação de Formadores e Prevenção: Implementar programas obrigatórios sobre ética do cuidado, poder e consciência, com supervisão externa regular e canais seguros de denúncia.



4. Responsabilidade Episcopal e Governança: Reforçar o *mínus* pessoal do bispo na formação, evitando delegações acríticas, e instituir conselhos formativos com diversidade de peritos.

Teoricamente, este artigo ofereceu uma chave psicossocioteológica para o desligamento, articulando luto, instituição total e abuso espiritual. Empiricamente, trouxe evidências exploratórias que iluminam o contexto brasileiro. Pastoralmente, delineou dispositivos concretos de cuidado.

Reconhece-se, contudo, as limitações de uma amostra de apenas 500 entrevistados que a nível nacional se torna reduzida e que impede generalizações. Sugere-se, como agenda de pesquisa futura, estudos multicêntricos, investigações longitudinais sobre as trajetórias pós-desligamento e a avaliação de intervenções pastorais de acolhimento.

Por fim, este estudo cumpre seu objetivo, e a “dor de não ser mais padre” não designa um fracasso individual, mas um lugar teológico de discernimento, onde a Igreja é chamada a reconhecer suas feridas, converter suas práticas e cuidar de quem parte com a mesma diligência com que cuida de quem chega. Se “Deus vive” (Bento XVI, 2010) e continua a chamar, então a vocação não termina no desligamento; ela se transfigura — e a missão da Igreja é acompanhar essa Páscoa até que a ferida se torne fonte de esperança.

Referências Bibliográficas

- BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- BECK, Aaron T.; STEER, Robert A.; BROWN, Gregory K. *BDI-II: Beck Depression Inventory—Second Edition: manual*. San Antonio, TX: The Psychological Corporation, 1996.
- BENTO XVI, Papa. *Carta aos seminaristas*. Vaticano, 18 out. 2010. Disponível em: https://www.vatican.va/content/benedict-xvi/pt/letters/2010/documents/hf_ben-xvi_let_20101018_seminaristi.html. Acesso em: 8 out. 2025.
- BINGEMER, Maria Clara Lucchetti. O sacerdote católico na atualidade: uma análise de sua crise de identidade. *Revista Eclesiástica Brasileira*, v. 69, n. 273, p. 119-141, 2009.
- BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.



BRIDGES, William; BRIDGES, Susan. *Managing transitions: making the most of change*. 4. ed. Boston: Da Capo Lifelong Books, 2016.

CENCINI, Amedeo. *Os sentimentos do Filho: o caminho formativo na vida consagrada e presbiteral*. São Paulo: Paulinas, 2005.

CONGREGAÇÃO PARA O CLERO. *Ratio Fundamentalis Institutionis Sacerdotalis*: O dom da vocação presbiteral. Vaticano: Libreria Editrice Vaticana, 2016. Disponível em: https://www.vatican.va/roman_curia/congregations/ccclergy/documents/rc_con_ccclergy_doc_20161208_ratio-fundamentalis_po.html. Acesso em: 8 out. 2025.

CRESWELL, John W.; CLARK, Vicki L. Plano. *Pesquisa de métodos mistos*. 2. ed. Porto Alegre: Penso, 2013.

ERIKSON, Erik H. *Identidade: juventude e crise*. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

FRANCISCO, Papa. *Evangelii gaudium*: exortação apostólica sobre o anúncio do Evangelho no mundo atual. Vaticano, 24 nov. 2013. Disponível em: https://www.vatican.va/content/francesco/pt/apost_exhortations/documents/papa-francesco_esortazione-ap_20131124_evangelii-gaudium.html. Acesso em: 8 out. 2025.

FRANCISCO, Papa. *Carta ao Povo de Deus*. Vaticano, 20 ago. 2018. Disponível em: https://www.vatican.va/content/francesco/pt/letters/2018/documents/papa-francesco_20180820_lettera-popolo-didio.html. Acesso em: 8 out. 2025.

FRANCISCO, Papa. *Peregrinos de esperança: o dom da vida* (Mensagem para o 62º Dia Mundial de Oração pelas Vocações). Roma, 19 mar. 2025. Disponível em: <https://www.vatican.va/>. Acesso em: 8 out. 2025.

FRANKL, Viktor E. *Em busca de sentido*. Petrópolis: Vozes, 2017.

GOFFMAN, Erving. *Manicômios, prisões e conventos*. 9. ed. São Paulo: Perspectiva, 2015.

HIRIGOYEN, Marie-France. *Assédio moral: a violência perversa no cotidiano*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

IBM CORP. *IBM SPSS Statistics for Windows*, Version 29.0. Armonk, NY: IBM Corp., 2022.

IGREJA CATÓLICA. *Código de Direito Canônico*. Vaticano: Libreria Editrice Vaticana, 1983. Disponível em: <https://www.vatican.va/archive/>



cod-iuris-canonici/portuguese/codex-iuris-canonici_po.html. Acesso em: 8 out. 2025.

KÜBLER-ROSS, Elisabeth. *Sobre a morte e o morrer*. São Paulo: Martins Fontes, 2017.

PERISSÉ, Gabriel. *Abuso espiritual: a manipulação invisível*. São Paulo: Paulus, 2024.

RAHNER, Karl. *Escritos de teologia IV*. São Paulo: Paulus, 1975.

RIZZUTO, Ana-Maria. *O nascimento do Deus vivo: um estudo psicanalítico*. São Paulo: Paulus, 1995.

RUSSELL, Daniel W. UCLA Loneliness Scale (Version 3): reliability, validity, and factor structure. *Journal of Personality Assessment*, v. 66, n. 1, p. 20-40, 1996.

SANTOS, Rodolpho Raphael de Oliveira. O Bom Pastor como identidade no sacerdócio ministerial em tempos de pós-modernidade: uma discussão à luz da *Pastores Dabo Vobis*. *Encontros Teológicos*, Florianópolis, v. 39, n. 2, p. 267-285, 2024.

SBARDELOTTI, Emerson. Resenha de: PERISSÉ, Gabriel. *Abuso espiritual: a manipulação invisível*. São Paulo: Paulus, 2024. [S. l.]: [s. n.], 2024. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/culturateo/article/view/69014/47028>. Acesso em: 8 out. 2025.

SMITH, Jonathan A.; FLOWERS, Paul; LARKIN, Michael. *Interpretative phenomenological analysis: theory, method and research*. London: SAGE, 2009.

WODITSCH, Josefa. O abuso espiritual como uma forma específica de abuso emocional: uma delimitação conceitual para a sensibilização da violência psicológica na Igreja Católica. *Pistis & Praxis: Teologia e Pastoral*, Curitiba, v. 16, n. 2, p. 373-388, 2024. DOI: 10.7213/2175-1838.16.002.AO06.

WINNICOTT, Donald W. *O brincar e a realidade*. Rio de Janeiro: Imago, 1975.

ZULEHNER, Paul M. *Priesthood in a time of transition*. New York: Crossroad, 2000.